

montante de € 25 000, que me foi subdelegada pela alínea a) do n.º 1 do despacho n.º 3/2007, de 6 de Fevereiro, do comandante operacional da Força Aérea, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de Abril de 2007, sob o n.º 7431/2007.

2 — Ao abrigo da mesma disposição legal, subdelego na entidade designada no número anterior, pelo montante aí indicado, a competência relativa à execução de planos plurianuais legalmente aprovados, que me foi subdelegada pelo n.º 2 do despacho n.º 3/2007, de 6 de Fevereiro, do comandante operacional da Força Aérea, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de Abril de 2007, sob o n.º 7431/2007.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 25 de Junho de 2007, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pela entidade subdelegada que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

25 de Junho de 2007. — O Comandante, *João Luís Ramirez de Carvalho Cordeiro*, COR/PILAV.

Comando de Pessoal da Força Aérea

Direcção de Pessoal

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 22 736/2007

Por despacho de 30 de Agosto de 2007 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, em exercício de funções, *Ilda Maria Monteirinho Lopes*, assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do Hospital de Santa Maria, E. P. E., a exercer funções correspondentes à categoria de enfermeiro, da carreira de enfermagem, no quadro de pessoal civil da Força Aérea, foi provida, por reclassificação profissional, na categoria de enfermeiro, da carreira de enfermagem, do quadro de pessoal civil da Força Aérea, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

20 de Setembro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Joaquim Antunes Pereira*, tenente-coronel.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Aviso n.º 18 642/2007

Torna-se público que, por despacho do subdirector-geral de Viação de 3 de Julho de 2007, foi reconhecido o curso de formação para obtenção da licença de inspector tipo C, nos termos do disposto no manual de licenciamento profissional, aprovado pelo despacho n.º 4513/2004, de 5 de Março, a ser ministrado pela APSR — Associação Promotora de Segurança Rodoviária.

O reconhecimento do curso de formação para obtenção da licença de inspector tipo C é válido por um período de dois anos contados a partir da presente publicação.

13 de Julho de 2007. — O Subdirector-Geral, *Carlos Mosqueira*.

Governo Civil do Distrito de Coimbra

Aviso n.º 18 643/2007

Por meu despacho de 13 de Agosto de 2007 e considerando as condições especiais de acesso na carreira técnica superior para funcionários que concluíam o curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, ministrado pelo Instituto Nacional de Administração (INA), fixadas pelo Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4, alínea b), do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determino a nomeação da funcionária Celeste Margarida dos Santos Cavaleiro Silva na carreira técnica superior, categoria de técnico superior de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 460, em lugar a crescer ao quadro privativo do pessoal deste Governo Civil.

2 — A presente nomeação produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

14 de Agosto de 2007. — O Governador Civil, *Henrique José Lopes Fernandes*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 18 644/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Amâncio Gomes Pereira, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 22 de Novembro de 1950, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 645/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Salimo Dabó, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 6 de Fevereiro de 1982, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 646/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Helena Gomes Tavares, natural de São Jorge de Arroios, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 5 de Maio de 1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 647/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Madalena Gomes Pereira Gambôa Ferreira, natural de São João Baptista, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 1 de Setembro de 1953, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 648/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paula Maria da Veiga Ferreira, natural do Barreiro, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 30 de Abril de 1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 649/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Neusa Carina Custódio e Silva Inglês, natural de Kwanza Norte, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 27 de Agosto de 1973, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as

alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 650/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Rosa Almeida, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 18 de Setembro de 1959, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 651/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, Gabriel da Veiga Soares, natural de Santiago Maior, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 12 de Abril de 1950, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 652/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alda Sanches Monteiro, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 20 de Dezembro de 1959, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 653/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Octávio Garcia Macedo, natural de Cazenga, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 21 de Agosto de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 654/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Narciso Pereira Semedo, natural de Santo Nome de Jesus, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 14 de Fevereiro de 1945, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 655/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade

portuguesa, por naturalização, a Rosa Maria Ramos do Rosário, natural de São Jorge de Arroios, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 9 de Maio de 1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 656/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, Gertrudes Catarina Monteiro, natural de Santo António das Pombas, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 24 de Julho de 1952, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 657/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Isabel Gonçalves Barros, natural de Santiago Maior, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 29 de Novembro de 1954, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

20 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 658/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carlos Alberto de Pina Barbosa Vicente, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 25 de Outubro de 1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Edital n.º 804/2007

Dá-se conhecimento público que os processos de associações religiosas não católicas, constantes da lista anexa, anteriormente registadas nesta Secretaria-Geral, foram enviados, ao abrigo do n.º 3 do artigo 63.º da Lei da Liberdade Religiosa (LLR) e do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 134/2003, de 28 de Junho, para o Registo Nacional de Pessoas Colectivas (RNPC), nas datas assinaladas na referida lista, uma vez que os interessados não requereram, nos termos do artigo 63.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho (LLR), e do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 134/2003, de 28 de Junho, a sua conversão em pessoa colectiva religiosa, ou, tendo requerido, o pedido foi recusado e não renovado até ao fim do prazo permitido para a conversão, o qual já decorreu.

Dá-se ainda conhecimento público que os correspondentes registos anteriormente existentes na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça foram extintos nos termos do n.º 4 do artigo 63.º da LLR e do n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 134/2003.

17 de Setembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.